

judiciárias, oferecer denúncia, interpor e contrarrazoar recursos em todos os graus e instâncias jurídicas até o final do processo, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem ao indiciado e pessoas envolvidas, e, por ser esta uma atuação em conjunto dos Membro deste Órgão Ministerial, deverá ser observado, o prazo de validade da portaria por um período de 120 (cento e vinte) dias à contar de 07/06/2021, podendo este prazo ser prorrogado por igual período em havendo necessidade, e, após encerrado o prazo, cessarão, exclusivamente, seus efeitos para os fins de deslocamento do Promotor de Justiça com delegação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 31 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 662258

ATO N.º 167/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, IVINA GIRLANI DA SILVA SOUZA, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCE-102-3, nomeada pelo Procurador-Geral de Justiça por meio do Ato nº 72/2019, datado de 20/2/2019, publicado no D.O.E. de 22/02/2019, a partir de 30/04/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 13 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 168/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a exoneração do servidor Bruno Rodrigo das Chagas Lopes do cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial, por meio do Ato nº 132/2021, datado de 27/4/2021;

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, WELLINGTON SOUSA PEDROSO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial, MP.CPCP-102.4, a contar de 26/4/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 170/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais; e considerando os termos do requerimento protocolizado no "SIP" sob o n.º 41556/2019, em 12/09/2019,

R E S O L V E:

RETIFICAR o Ato do Procurador-Geral de Justiça datado de 03/11/2006, publicado no D.O.E. de 06/11/2006, para EXONERAR, a pedido, de acordo com o art. 59, caput, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994, ROSÂNGELA DE FÁTIMA BAIA FERREIRA, do cargo de Técnico, MP-ATC-401-A-I, com graduação em Serviço Social, a contar de 01/11/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 19 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 172/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a relocação do servidor Paulo André Rocha Mendes para a Promotoria de Justiça de São Domingos do Capim, conforme protocolo GEDOC nº 110484/2021,

CONSIDERANDO que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ORLYANNE DE PINA MILEO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CP-CP-102.3, a contar de 11/05/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 25 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 173/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, WANIA MARCIA GONÇALVES FRANÇA, do cargo de provimento em comissão de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, MP.CPCP-102.6, nomeada por meio do Ato nº 262/2019, datado de 12/11/2019, publicado no D.O.E. de 26/11/2019, a partir de 03/05/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 27 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 174/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, I, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ANNA CLARA CAPUCHO LAVAREDA DA GRAÇA, do cargo de provimento em comissão de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, MP.CPCP-102.6, nomeada por meio do Ato nº 339/2017, datado de 16/11/2017, publicado no D.O.E. de 23/11/2017, a partir de 03/05/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 27 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 175/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício n.º 01/2021-MPPA/14ªPJ Cível, datado de 26/04/2021, protocolizado sob o n.º 5455/2021, em 26/04/2021,

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Wania Marcia Gonçalves França do cargo de Assessor de Procurador de Justiça, MP.CPCP-102.5, por meio do Ato nº 173/2021, datado de 27/05/2021,

CONSIDERANDO ainda, que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ANNA CLARA CAPUCHO LAVAREDA DA GRAÇA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Procurador de Justiça, MP.CPCP-102.5, a contar de 03/05/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 27 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 176/2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício n.º 01/2021-MPPA/14ªPJ Cível, datado de 26/04/2021, protocolizado sob o n.º 5455/2021, em 26/04/2021,

CONSIDERANDO a exoneração da servidora Anna Clara Capucho Lavareda da Graça do cargo de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102.4, por meio do Ato nº 174/2021, datado de 27/05/2021,

CONSIDERANDO ainda, que a nomeação não implicará aumento de despesa com pessoal,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24.01.1994, JOSIANE DO SOCORRO FERREIRA GOMES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102.4, a contar de 03/05/2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 27 de maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 662087

EXTRATO DE ATA DO CONSELHO SUPERIOR DO MPPA, REFERENTE À 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL – 2021

(Resolução 004/2020/CSMP/MPPA)

DATA E HORA – 8h do dia 24/05 até às 18h do dia 28/05/2021.

LOCAL: sítio eletrônico: www.mppa.mp.br. PRESENTES: Dr. CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, Conselheiro Secretário e os seguintes Conselheiros: Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA e Dr. NELSON PEREIRA MEDRADO.

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo nº 000219-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Regional Dr. Abelardo Santos (HRAS)

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa, relacionada ao pagamento de multa e juros decorrentes de atraso no adimplemento de tarifas de energia elétrica do Hospital Regional Abelardo Santos O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006 c/c Enunciados n.º 4 e 5 do CSMP.

1.1.2. Processo nº 009056-031/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Santarém

Origem: 9ª PJ de Santarém